

# ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE PETRÓLEO E DERIVADOS, ÁLCOOL COMBUSTÍVEL E GÁS NATURAL - ESPECIALIDADE: DIREITO

## LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com as 70 questões das Provas Objetivas, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

LÍNGUA PORTUGUESA II		LÍNGUA INGLESA II		NOÇÕES DE INFORMÁTICA II		CONHECIMENTOS GERAIS II		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 5	1,0	16 a 20	1,0	21 a 25	1,0	26 a 30	0,8	41 a 50	2,0
6 a 10	2,0	—	—	—	—	31 a 35	1,0	51 a 60	3,0
11 a 15	3,0	—	—	—	—	36 a 40	1,2	61 a 70	4,0

b) 1 **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se esse material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO**, preferivelmente a caneta esferográfica de tinta na cor preta.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A)      ●      (C)      (D)      (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO**, para não o **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**.

O **CARTÃO SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs.: Por medida de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 2 (duas) horas contadas a partir do início das provas e **NÃO** poderá levar o Caderno de Questões, a qualquer momento.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA E ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados, no dia útil seguinte à realização das provas, nos endereços eletrônicos da ANP ([www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)) e da FUNDAÇÃO CESGRANRIO ([www.cesgranrio.org.br](http://www.cesgranrio.org.br)).



## LÍNGUA PORTUGUESA II

### O novo Brasil

Nenhum outro período da história brasileira testemunhou mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os treze anos (1808-1821) em que a corte portuguesa morou no Rio de Janeiro. Num espaço  
5 de apenas uma década e meia, o Brasil deixou de ser uma colônia fechada e atrasada para se tornar um país independente. Por essa razão, o balanço que a maioria dos estudiosos faz de D. João VI tende a ser positivo, apesar de todas as fraquezas pessoais do rei. Para o  
10 historiador Oliveira Lima, ele foi “o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira”, por duas razões principais: assegurou a integridade territorial e deu início à classe dirigente que se reponsabilizaria pela construção do novo país. “Com ele começou a descolonização efetiva”,  
15 afirmou o escritor e crítico literário paranaense Wilson Martins. “Não só pelo fato de elevar o Brasil a reino, mas também, e sobretudo, por lhe dar desde logo e em breve espaço de tempo as estruturas de uma nação propriamente dita.”

20 Uma forma de avaliar a herança de D. João VI é abordar a questão pelo avesso: como seria o Brasil se a corte não tivesse vindo para o Rio de Janeiro? Apesar da relutância em fazer conjecturas, boa parte dos historiadores concorda que o país simplesmente não  
25 existiria na sua forma atual. Na hipótese mais provável, a Independência e a República teriam vindo mais cedo, mas a antiga colônia portuguesa se fragmentaria em um retalho de pequenos países autônomos, muito parecido com seus vizinhos da América espanhola, sem nenhuma  
30 outra afinidade além do idioma.

É fácil imaginar as conseqüências dessa separação:

- Esse Brasil dividido em pedaços autônomos nem de longe teria o poder e a influência que o país  
35 exerce hoje sobre a América Latina. Na ausência de um Brasil grande e integrado, o papel provavelmente caberia à Argentina, que seria, então, o maior país do continente. [...]
- Na escola, quando abrissem seus livros de Geografia, as crianças gaúchas aprenderiam que a floresta amazônica é um santuário ecológico de um país distante, situado ao norte, na fronteira com a Colômbia, a Venezuela e o Peru.
- As diferenças regionais se teriam acentuado. É possível que, a esta altura, as regiões mais ricas desse mosaico geográfico estivessem discutindo medidas de controle da imigração dos vizinhos mais pobres, como fazem hoje os americanos em relação aos mexicanos.
- 50 • Nordestinos seriam impedidos de migrar para São Paulo. Em contrapartida, ao viajar de férias para as paradisíacas praias da Bahia ou do Ceará, os paulistas teriam de providenciar passaportes e, eventualmente, pedir vistos de entrada. [...]

55 À luz da realidade do Brasil atual, tudo isso parece mero devaneio. Ainda assim, não se deve subestimar a importância de D. João VI na construção da identidade dos brasileiros de hoje. [...]

Graças a D. João VI, o Brasil se manteve como  
60 um país de dimensões continentais, que hoje é o maior herdeiro da língua e da cultura portuguesas. “D. João VI veio criar e realmente fundou na América um império, pois merece bem assim ser classificado o ter dado foros de nacionalidade a uma imensa colônia amorfa”, escreveu  
65 Oliveira Lima. Ironicamente, esse legado não seria desfrutado por D. João ou pela metrópole portuguesa. “Ele próprio regressava menos rei do que chegou”, acrescentou Oliveira Lima. “Deixava contudo o Brasil maior do que o encontrara”. Em outras palavras, ao  
70 mudar o Brasil, D. João VI o perdeu para sempre.

GOMES, Laurentino. 1808. São Paulo: Planeta, 2007.

#### 1

O historiador Oliveira Lima chama D. João VI de “o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira”. O trecho que reafirma essa qualificação é

- (A) “...o país simplesmente não existiria na sua forma atual.” (l. 24-25)
- (B) “À luz da realidade do Brasil atual, tudo isso parece mero devaneio.” (l. 55-56)
- (C) “[não se deve subestimar] a importância de D. João VI na construção da identidade dos brasileiros de hoje.” (l. 56-58)
- (D) “o Brasil se manteve como um país de dimensões continentais,” (l. 59-60)
- (E) “D. João VI veio criar e realmente fundou na América um império,” (l. 61-62)

#### 2

Analise os extratos de texto a seguir, tendo em vista o conceito de **novo Brasil**.

- I - Nenhum outro período da história brasileira testemunhou mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os treze anos em que a corte portuguesa morou no Rio de Janeiro. (l. 1-4)
- II - Num espaço de apenas uma década e meia, o Brasil deixou de ser uma colônia fechada e atrasada para se tornar um país independente. (l. 4-7)
- III - Por essa razão, o balanço que a maioria dos estudiosos faz de D. João VI tende a ser positivo, apesar de todas as fraquezas pessoais do rei. (l. 7-9)
- IV - Graças a D. João VI, o Brasil se manteve como um país de dimensões continentais, que hoje é o maior herdeiro da língua e da cultura portuguesas. (l. 59-61)

Integram o conceito de **novo Brasil APENAS** os extratos

- (A) I e III (B) I e IV
- (C) II e IV (D) I, II e III
- (E) II, III e IV

**3**

Analisando-se o segundo parágrafo do texto, conclui-se que a interpretação da expressão “pelo avesso”, utilizada pelo autor em “Uma forma de avaliar a herança de D. João VI é abordar a questão pelo avesso.” (l. 20-21) baseia-se na seguinte premissa:

- (A) perguntas “pelo direito” são feitas de forma afirmativa.
- (B) a afirmativa seguinte apresenta uma perspectiva negativa.
- (C) não é possível analisar com clareza a herança de D. João.
- (D) se o autor indica que a pergunta está sendo feita pelo avesso, ele podia formulá-la de modo diferente.
- (E) é possível achar “o direito” da questão retirando da segunda oração o advérbio não.

**4**

Qual dos trechos abaixo faz o resumo dos tópicos apresentados pelo autor em forma de estrutura itemizada, mantendo as informações dadas, sem alteração de ordem e de sentido?

- (A) Se o Brasil fosse dividido e tivesse seu território fragmentado em pequenos países, a Amazônia seria para as crianças gaúchas um paraíso ecológico muito distante e pertencente a um outro país. Assim, com a acentuação das diferenças regionais surgiriam questões de mobilidade populacional e nasceriam discussões sobre passaporte e necessidade ou não de emissão de visto. Logo, o Brasil perderia poder.
- (B) Com o Brasil dividido, a hegemonia político-econômica do continente passaria à Argentina. O Rio Grande do Sul e suas crianças olhariam a Amazônia como paraíso ecológico distante. Dados esses fatos, regiões mais ricas, como as do sul e do sudeste, discutiriam não só aspectos de imigração como também burocráticos, como, por exemplo, emissão de passaporte. Já os mais pobres teriam dificuldade de locomoção.
- (C) Sem a manutenção da integridade territorial, o Brasil perderia sua unidade por causa da fragmentação dos estados em pequenos países e haveria a perda de controle do continente sul-americano. Questões migratórias nasceriam e os gaúchos concluiriam que a Amazônia, com sua paradisíaca reserva ecológica, é território de longínquo país que faz fronteira com Colômbia, Venezuela e Peru.
- (D) A divisão do Brasil provocaria questões internas como, por exemplo, a de educação. Neste caso, as aulas de geografia seriam diferentes para gaúchos e nordestinos. Os primeiros aprenderiam que a Amazônia é região que faz fronteira com Colômbia, Venezuela e Peru. Além do mais, os segundos teriam dificuldades em se locomoverem para São Paulo. Já os paulistas necessitariam de passaporte para as férias nas praias nordestinas.
- (E) O Brasil dividido perderia a ascendência que possui sobre a América Latina e faria com que crianças sulinas aprendessem que a Amazônia é reserva ecológica de um país fronteiriço a outros do norte do continente. Acentuadas as diferenças regionais, razões de ordem econômica causariam questões migratórias e os deslocamentos de habitantes necessitariam de aprovações de seus governos.

**5**

De acordo com o último parágrafo, D. João VI

- (A) contribuiu para ampliar as dimensões do Brasil.
- (B) chegou à colônia como rei, mas deixou de sê-lo ao partir.
- (C) concedeu privilégios à colônia, que acabou virando um império.
- (D) transformou o Brasil em um legado para a metrópole portuguesa.
- (E) fundou um império de modo a criar um herdeiro da língua e cultura portuguesas.

**6**

Os períodos abaixo contêm duas idéias contrastantes, **SALVO**

- (A) “...o Brasil deixou de ser um colônia fechada e atrasada para se tornar uma país independente.” (l. 5-7)
- (B) “... o balanço que a maioria dos estudiosos faz de D. João VI tende a ser positivo, apesar de todas as fraquezas pessoais do rei.” (l. 7-9)
- (C) “Não só pelo fato de elevar o Brasil a reino, mas também, e sobretudo, por lhe dar [...] as estruturas de uma nação propriamente dita.” (l. 16-19)
- (D) “Apesar da relutância em fazer conjecturas, boa parte dos historiadores concorda que o país simplesmente não existiria na sua forma atual.” (l. 23-25)
- (E) “...a Independência e a República teriam vindo mais cedo, mas a antiga colônia portuguesa se fragmentaria em um retalho de pequenos países autônomos,” (l. 25-28)

**7**

Dentre as expressões destacadas abaixo, qual a que **NÃO** deve usar o sinal indicativo de crase?

- (A) **As 10 horas**, o rei saía para seu passeio diário.
- (B) O Brasil cumpre o seu destino, **a medida que** o tempo vai passando.
- (C) Os frangos eram feitos **a moda** da casa imperial.
- (D) A dedicação **a população** fez de D. João um rei querido.
- (E) D. João VI declarou **a seus diplomatas** a intenção de partir.

**8**

Observe os termos destacados no trecho a seguir.

“Nenhum outro período da história brasileira **testemunhou** mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os treze anos (1808-1821) em que a corte portuguesa **morou** no Rio de Janeiro.” (l. 1-4).

A relação temporal existente entre as formas verbais em destaque se mantém quando estas são substituídas por:

- (A) tinha testemunhado - teria morado.
- (B) terá testemunhado - mora.
- (C) testemunharia - moraria.
- (D) testemunha - mora.
- (E) testemunhava - morara.

9

Qual par de orações **NÃO** apresenta transformação da voz verbal?

- (A) “(O rei) assegurou a integridade territorial” / A integridade territorial foi assegurada pelo rei.
- (B) “(...) a Independência e a República teriam vindo mais cedo” / Mais cedo viriam a República e a Independência.
- (C) “(...) quando abrissem seus livros de Geografia” / Quando seus livros de Geografia fossem abertos.
- (D) “Nordestinos seriam impedidos de viajar para São Paulo” / Impediriam nordestinos de viajar para São Paulo.
- (E) “paulistas teriam de providenciar passaportes...” / Passaportes teriam de ser providenciados por paulistas.

10

No quadro abaixo, foram reescritos trechos do texto, utilizando-se pronomes relativos. O pronome **NÃO** está usado de acordo com a norma culta da língua em

	Texto	Reescritura
(A)	“...período da história brasileira testemunhou mudanças...” (l. 1-2)	período da história brasileira cujas mudanças...
(B)	“o balanço que a maioria dos estudiosos faz...” (l. 7-8)	o balanço onde a maioria dos estudiosos faz...
(C)	“o papel provavelmente caberia à Argentina, que seria,” (l. 36-37)	o papel provavelmente caberia à Argentina, à qual seria dada a condição...
(D)	“...medidas de controle da imigração dos vizinhos mais pobres,” (l. 47-48)	medidas que controlam a imigração dos vizinhos mais pobres
(E)	“não se deve subestimar a importância de D. João VI na construção da identidade dos brasileiros...” (l. 56-58)	a construção da identidade dos brasileiros em que não se deve subestimar a importância de D. João VI

11

Qual das frases tem seus verbos conjugados corretamente?

- (A) Para não perder a colônia totalmente, D. João se precaveu e preparou a Independência.
- (B) Se alguém propor hoje dividir o Brasil nas regiões da época colonial, seria considerado louco.
- (C) Duzentos anos depois, é importante que se colora a história da vinda da corte com novas nuances.
- (D) Convém que todos os brasileiros adequem seus conhecimentos às novas pesquisas sobre a história do país.
- (E) Quando os historiadores disserem todas as novidades que descobriram com os documentos recém-encontrados, todos aprenderemos.

12

No trecho “Não só pelo ato de elevar o Brasil a reino, mas também, e sobretudo, por lhe dar desde logo...”, o vocábulo de mesma classe gramatical que substitui **sobretudo**, mantendo efeito de sentido igual, é

- (A) ressalte-se
- (B) principalmente
- (C) como
- (D) por
- (E) observe

13

Qual dos textos sobre os efeitos da corte portuguesa no Brasil apresenta pontuação correta?

- (A) A colônia de repente viu abrirem-se suas portas, que haviam ficado fechadas durante trezentos anos. Assim, ficou fora do controle da metrópole. O contato com o mundo exterior despertou a colônia entorpecida; introduziram-se: mais pessoas, mais capital e novas idéias. Como consequência, os brasileiros acharam que seu destino, era maior e mais importante.
- (B) A colônia de repente viu: abrirem-se suas portas, que haviam ficado fechadas durante trezentos anos; assim, ficou fora do controle da metrópole. O contato com o mundo exterior despertou a colônia entorpecida; introduziram-se mais pessoas, mais capital e novas idéias. Como consequência, os brasileiros acharam que seu destino era maior e mais importante.
- (C) A colônia de repente viu abrirem-se suas portas que haviam ficado fechadas durante trezentos anos, assim, ficou fora do controle da metrópole. O contato com o mundo exterior despertou a colônia entorpecida: introduziram-se mais pessoas, mais capital e novas idéias. Como consequência, os brasileiros acharam, que seu destino era maior e mais importante.
- (D) A colônia de repente viu abrirem-se suas portas, que haviam ficado fechadas durante trezentos anos. Assim, ficou fora do controle da metrópole. O contato com o mundo exterior despertou a colônia entorpecida: introduziram-se mais pessoas, mais capital e novas idéias. Como consequência, os brasileiros acharam que seu destino era maior e mais importante.
- (E) A colônia de repente viu abrirem-se suas portas que haviam ficado fechadas durante trezentos anos, assim, ficou fora do controle da metrópole. O contato com o mundo exterior despertou a colônia entorpecida – introduziram-se mais pessoas, mais capital e novas idéias. Como consequência: os brasileiros acharam que seu destino era maior e mais importante.



**14**

Observe as mudanças de colocação de pronomes propostas abaixo.

- I - Só 46 delegados compareceram ao Parlamento, o que os tinha deixado em minoria. – o que tinha deixado-os
- II - Um historiador acredita que o Brasil poderia ter se desintegrado em três diferentes países. – se poderia ter desintegrado
- III - Antes da mudança da corte portuguesa, os conflitos regionais da colônia estavam se aprofundando. – se estavam aprofundando
- IV - As colônias no Brasil estariam perdidas para Portugal, pois os ingleses queriam ocupá-las. – os ingleses as queriam ocupar

Tais mudanças são possíveis **APENAS** em

- (A) I e II
- (B) II e IV
- (C) I, II e III
- (D) I, III e IV
- (E) II, III e IV

**15**

Observe as sentenças abaixo, retiradas de uma reclamação, feita por uma secretária, sobre um móvel enviado com defeitos. Qual delas não tem erro de paralelismo?

- (A) O produto logo no início mostrou má-qualidade no acabamento e que tinha as gavetas emperradas.
- (B) O novo móvel deve estar dentro dos critérios previamente combinados, e que seja enviado o mais rapidamente possível.
- (C) Além disso, o manual de instalação tem mais de 150 páginas e pouca clareza.
- (D) Assim, gostaríamos de pedir a troca do móvel enviado, que não foi aprovado pela gerência e por outros interessados.
- (E) Recomendamos a V.S. retirar o móvel inadequado e que envie outro, de melhor qualidade, para substituí-lo.

## LÍNGUA INGLESA II

### GLOBAL PETROLEUM

The outlook for oil supply and demand fundamentals over the next two years points to an easing of the oil market balance in 2009. Higher non-OPEC production and planned additions to OPEC capacity should more than offset expected moderate world oil demand growth, and relieve some of the tightness in the market. As a result, surplus production capacity could grow from its current level of under 2 million to over 4 million barrels per day by the end of 2009. This balance suggests some price softening, although delays or downward revisions in capacity additions in both OPEC and non-OPEC nations could alter the outlook, as could OPEC production decisions.

World oil consumption is expected to rise by 1.6 million barrels per day in both 2008 and 2009 compared with the estimated 1 million barrels per day increase recorded last year. The larger volume gains expected in 2008 and 2009 compared with 2007 mainly reflect higher consumption expected in the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), particularly Europe, where weather factors constrained oil consumption last year. Projections of continued strong world economic growth will spur oil consumption gains in a number of non-OECD markets, including China, non-OECD Asia, and the Middle East countries, over the next 2 years.

OPEC members' production decisions and the pace and timing of capacity additions in a number of countries will play a key role in determining oil market trends over the next 2 years. The Energy Information Administration projects that OPEC crude oil production will average about 32.6 million barrels per day in 2008 and 31.8 million barrels per day in 2009 compared with the 31.7 million barrels per day seen during the fourth quarter of 2007. Increased production from Angola, Saudi Arabia, Kuwait, and Iraq boosted OPEC's crude output during the fourth quarter 2007.

Non-OPEC production is expected to rise by about 0.9 million barrels per day in 2008 and by 1.6 million barrels per day in 2009. This compares with a gain of 0.6 million barrels per day recorded last year. Azerbaijan, Russia, Canada, Brazil, the United States, China, Sudan, and Kazakhstan account for a large share of the gain in non-OPEC production growth in 2008 and 2009. Increases in these nations will more than offset expected declines in production in a number of countries including Mexico, the United Kingdom, and Norway.

EIA – Energy Information Administration  
Short-Term Energy Outlook, January 8, 2008

**16**

The purpose of the first paragraph is to

- (A) announce that world oil production capacity will soon increase to 4 million barrels per day.
- (B) criticize both OPEC and non-OPEC countries for causing unexpected delays in production.
- (C) discuss the prospects for global oil supply and demand until the end of the year 2009.
- (D) predict increasing losses in the oil markets if the surplus production capacity remains unaltered.
- (E) report what will certainly happen in the international oil market over the next two years.

**17**

According to Paragraph 2, oil consumption

- (A) achieved a record-breaking increase in the world last year.
- (B) fell sharply in Europe in 2007 due to weather factors.
- (C) is likely to speed economic growth in a number of markets.
- (D) may increase in 2008-2009 at a higher rate than in 2007.
- (E) will certainly grow in OECD countries for the next 2 years.

**18**

Concerning the oil production of both OPEC and non-OPEC members the text informs that

- (A) OPEC crude oil production is expected to grow steadily over the next two years.
- (B) the oil output of Mexico and Norway, among other countries, decreased last year.
- (C) non-OPEC countries' daily production averaged six hundred thousand barrels of oil in 2007.
- (D) an upward trend in oil production of non-OPEC nations is expected in 2008-2009.
- (E) Angola, Saudi Arabia, Kuwait and Iraq could not pump any oil in the first three quarters of 2007.

**19**

The sentence in which "should" is used in the same sense as in "...planned additions to OPEC capacity should more than offset..." (lines 4-5) is:

- (A) I should say that the salaries make up very nearly two thirds of the budget
- (B) If you should be fired, your health benefits will not be automatically cut off.
- (C) In such cases the officer should first give notice to those in the house.
- (D) Should he go back to the office and wait for you to telephone?
- (E) This year's treasury deficit should be six billion dollars or more.

**20**

The statement which describes accurately the meaning relationship between the pair of words is

- (A) "offset" (line 5) means *compensate for*.
- (B) "softening" (line 10) is the opposite of *reduction*.
- (C) "constrained" (line 22) and *restrained* are antonyms.
- (D) "spur" (line 24) could be replaced by *discourage*.
- (E) "boosted" (line 36) and *hindered* are synonyms.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA II

**21**

Um determinado usuário trabalha em uma rede que possui o servidor "anpout.gov.br" para envio de e-mails e o servidor "anpin.gov.br" para download de e-mails. Qual das configurações a seguir esse usuário deve utilizar na sua ferramenta de e-mails?

- (A) servidor de email pop3 = "anpout.gov.br" e servidor de email imap = "anpin.gov.br"
- (B) servidor de email pop3 = "anpout.gov.br" e servidor de email smtp = "anpin.gov.br"
- (C) servidor de email stmp = "anpout.gov.br" e servidor de email pop3 = "anpin.gov.br"
- (D) servidor de email dhcp = "anpout.gov.br" e servidor de email imap = "anpin.gov.br"
- (E) servidor de email imap = "anpout.gov.br" e servidor de email dhcp = "anpin.gov.br"

**22**

Um funcionário precisa encontrar um documento Microsoft Word 2003 (extensão doc) disponibilizado na Internet por sua empresa. Sabendo-se que o título do documento é **Impactos Ambientais na Baía de Guanabara** e que o documento possui as palavras-chave **ecossistema** e **petróleo**, qual a forma mais eficaz de encontrar esse documento utilizando o site de busca <http://www.google.com?>

- (A) Impactos Ambientais na Baía de Guanabara ecossistema petróleo
- (B) Impactos Ambientais na Baía de Guanabara ecossistema petróleo filetype:doc
- (C) "Impactos Ambientais na Baía de Guanabara ecossistema petróleo"
- (D) "Impactos Ambientais na Baía de Guanabara" ecossistema petróleo filetype:doc
- (E) "Impactos Ambientais na Baía de Guanabara" - ecossistema -petróleo filetype:doc

**23**

Para executar tarefas comuns, que não exijam privilégios de administrador, é uma boa prática de segurança não utilizar um usuário que possua tais privilégios, uma vez que

- (A) cavalos de tróia só atacam máquinas autenticadas com administrador do sistema.
- (B) um código malicioso pode ganhar os privilégios do usuário autenticado.
- (C) programas antivírus só podem ser atualizados por usuários sem privilégios de administrador.
- (D) usuários sem privilégio de administrador são imunes a código malicioso.
- (E) usuários sem privilégios de administrador, apenas, possuem permissão para executar o navegador html.

24

Considerando-se *backups* completos e incrementais, julgue as afirmações a seguir.

- I - A realização de *backups* (completos ou incrementais) objetiva minimizar a probabilidade de perda de dados, enquanto a realização de restauração visa a recuperar dados previamente armazenados.
- II - O procedimento de geração de *backups* incrementais compara a data da última escrita de um arquivo com a data de realização do último *backup* para decidir se deve copiar o arquivo.
- III - A restauração de arquivos gravados em *backups* incrementais é mais trabalhosa do que a restauração de um arquivo em um *backup* completo.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmação(ões)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

25

Os *links* simbólicos do sistema Linux e os atalhos do sistema Windows podem ser utilizados para

- (A) acessar um mesmo recurso através de caminhos diferentes.
- (B) adicionar ou remover *hardware* com segurança.
- (C) iniciar a execução de um documento no *prompt* do MS-DOS.
- (D) criar teclas de atalho personalizadas.
- (E) criar uma partição compartilhada para os dois sistemas (Linux e Windows).

## CONHECIMENTOS GERAIS II

26

Analise as afirmativas a seguir a respeito das entidades da administração federal indireta.

- I - Empresas públicas e sociedades de economia mista só podem ser criadas por lei específica.
- II - As fundações públicas terão suas áreas de atuação definidas por meio de lei ordinária.
- III - A participação acionária de uma sociedade de economia mista em um grupo empresarial privado depende de autorização legislativa.
- IV - Aos empregados das sociedades de economia mista da União não são aplicáveis as mesmas vedações sobre acumulação de cargos, empregos e funções, que atingem os servidores das autarquias.

É(São) verdadeira(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I
- (B) I e III
- (C) I e IV
- (D) II e III
- (E) II e IV

27

Dentre as situações que envolvem concessões, a seguir, qual está em **DESACORDO** com a legislação?

- (A) O concessionário, após ter assinado o contrato específico, poderá rescindi-lo, mediante ação judicial específica.
- (B) Os contratos das concessões devem, necessariamente, observar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.
- (C) A legislação federal permite a cobrança de tarifas diferenciadas para o mesmo serviço prestado, mediante concessão.
- (D) A caducidade pode ser declarada, após processo instaurado para tal fim, quando houver descumprimento de penalidades atribuídas pelo poder concedente.
- (E) Uma das modalidades de término da relação contratual de concessão é o advento do termo, podendo haver indenização.

28

Tendo como referência o Código de Ética, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, incluídas suas alterações posteriores, bem como as disposições pertinentes da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, consolidada com as suas várias alterações posteriores, analise as afirmações a seguir.

- I - O referido código só é aplicável aos servidores efetivos, não vinculando os servidores temporários.
- II - A comissão de ética tem como atribuição fornecer dados, para utilização nos processos de progressão funcional dos servidores.
- III - A formação de uma comissão de ética específica, no âmbito dos diversos órgãos federais, é compulsória.
- IV - A comissão de ética pode aplicar a pena de suspensão, prevista na Lei nº 8.112, de 1990, considerada sua alteração no referido Decreto.

É(São) verdadeira(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I
- (B) I e III
- (C) I e IV
- (D) II e III
- (E) II e IV

29

Em relação aos atos administrativos, são feitas as afirmações abaixo.

- I - Os atos de caráter normativo poderão ser delegados, de acordo com a conveniência do dirigente do órgão.
- II - Os atos decisórios de órgãos colegiados deverão constar de ata ou termo escrito, sendo permitido efetuar sua reprodução mecânica, desde que não sejam prejudicados direitos dos interessados.
- III - No caso de decisão sobre concursos públicos, tais atos poderão ser motivados, com indicação dos fatos e fundamentos jurídicos.
- IV - Contra decisões administrativas cabe recurso, que deve ser dirigido inicialmente à autoridade prolatora do ato.

Estão corretas **APENAS** as afirmações:

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) I e IV
- (D) II e IV
- (E) III e IV



30

Quando admitida a participação de consórcios nas licitações para outorga dos contratos de concessão para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, o edital de licitação deverá

- (A) determinar a proibição de participação de uma empresa integrante de consórcio na licitação de um mesmo bloco, seja através de outro consórcio ou diretamente.
- (B) determinar a proibição de participação de empresa estrangeira em consórcios.
- (C) exigir, como requisito de qualificação jurídica, a apresentação de documento que comprove a prévia constituição do consórcio, subscrito por todas as consorciadas.
- (D) exigir, nas hipóteses em que não há responsabilidade solidária das consorciadas, a indicação das obrigações específicas de cada integrante do consórcio.
- (E) exigir, como requisito à participação na licitação, o prévio registro do instrumento de constituição do consórcio no órgão de registro do comércio.

31

Considerando as características do regime jurídico a que se sujeita a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, trata-se esta de uma

- (A) sociedade de economia mista com o controle acionário pertencente à União, cuja participação em consórcios para exploração das atividades da indústria do petróleo deve se dar sempre na condição de empresa líder.
- (B) sociedade de economia mista com o controle acionário pertencente à União, autorizada a constituir subsidiárias para o exercício das atividades integrantes da indústria do petróleo previstas em seu objeto social.
- (C) sociedade de economia mista com controle acionário pertencente à União, cuja atuação está restrita ao território nacional.
- (D) empresa pública com controle acionário pertencente à União, autorizada a exercer as atividades constantes de seu objeto social dentro e fora do território nacional.
- (E) empresa pública com controle acionário pertencente à União, cuja atuação está restrita ao território nacional.

32

Em relação a empresas públicas e sociedades de economia mista, considere as afirmativas a seguir.

- I - Integram a administração pública indireta.
- II - Podem se destinar à exploração de atividade econômica.
- III - Sua instituição depende de previsão legal que autorize sua criação.
- IV - A criação de suas subsidiárias independe de autorização legislativa.
- V - Estão obrigadas a realizar prévio procedimento licitatório para contratação de obras e serviços ou aquisição de bens.

Estão corretas **APENAS** as afirmativas

- (A) I e II
- (B) III e IV
- (C) II, III e IV
- (D) I, II, III e V
- (E) I, III, IV e V

33

Nos termos da Constituição Federal vigente, pode-se afirmar que compete exclusivamente ao Congresso Nacional:

- I - resolver definitivamente sobre tratados que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- II - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
- III - processar e julgar os Ministros de Estado nos crimes de responsabilidade;
- IV - autorizar referendo e convocar plebiscito.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

34

**NÃO** se trata de procedimento cujo julgamento compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal (STF) a(o)

- (A) ação contra o Conselho Nacional de Justiça.
- (B) ação direta de inconstitucionalidade de Lei Federal.
- (C) ação declaratória de constitucionalidade de Lei Federal.
- (D) mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado.
- (E) pedido de extradição formulado por Estado estrangeiro.

35

Sobre as matérias cuja competência para legislar é concorrente da União, Estados e Distrito Federal, foram feitas as afirmativas a seguir.

- I - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- II - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- III - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena.
- IV - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, naquilo que lhe for contraditório.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

36

Sobre os procedimentos aplicáveis às reuniões da Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, é **INCORRETO** afirmar que os(as)

- (A) Diretores podem encaminhar previamente ao Diretor Geral votos escritos sobre as matérias constantes da pauta, em caso de justificada impossibilidade de comparecimento à determinada reunião.
- (B) reuniões de Diretoria da ANP são presididas pelo Diretor Geral ou, na sua ausência, por qualquer dos Diretores presentes.
- (C) reuniões de Diretoria se instalam com a presença de, no mínimo, 3 (três) Diretores da agência, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Geral ou seu substituto.
- (D) deliberações da Diretoria, como órgão colegiado, serão tomadas com os votos convergentes de, ao menos, três de seus membros.
- (E) convocações de reunião de Diretoria podem ser feitas isoladamente pelo Diretor Geral da ANP.

37

Acerca das sessões deliberativas da Diretoria da ANP destinadas a resolver conflitos entre agentes econômicos da indústria do petróleo, analise as afirmativas a seguir.

- I - A decisão proferida pela Diretoria da ANP nas situações em que não há acordo entre as partes em conflito possui força terminativa.
- II - Os interessados possuem o direito de obter a transcrição da gravação das sessões deliberativas da Diretoria da ANP.
- III - A Diretoria da ANP utilizará os casos já mediados pela Agência como precedentes para novas decisões.
- IV - As sessões deliberativas serão sempre públicas.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

38

A proibição que **NÃO** se aplica aos servidores em efetivo exercício nas Agências Reguladoras é:

- (A) prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada ou fiscalizada pela entidade, salvo os casos de designação específica.
- (B) firmar ou manter contrato com instituição regulada, bem como com instituições autorizadas a funcionar pela entidade, em condições mais vantajosas que as usualmente ofertadas aos demais clientes.
- (C) exercer outra atividade profissional, inclusive gestão operacional de empresa, ou direção político-partidária, excetuados os casos admitidos em lei.
- (D) contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica, adotados pela Diretoria Colegiada da respectiva entidade de lotação.
- (E) exercer suas atribuições em processo administrativo, no qual seja interessado parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o 4º (quarto grau).

39

Considerando a criação de carreiras e a organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, relacione as colunas.

- I - Classe
- II - Padrão
- (P) O seu conjunto de cargos de mesma profissão, natureza do trabalho ou atividade, escalonadas segundo a responsabilidade e complexidade inerentes a suas atribuições.
- (Q) É sua divisão básica integrada por cargos de idêntica denominação, atribuições, grau de complexidade, nível de responsabilidade, requisitos de capacitação e experiência para o desempenho das atribuições.
- (R) A posição do servidor na escala de vencimentos.

A relação correta é:

- (A) I - P e II - Q
- (B) I - P e II - R
- (C) I - Q e II - P
- (D) I - Q e II - R
- (E) I - R e II - Q

40

Qual dos conceitos abaixo está em **DESACORDO** com a legislação do servidor público federal?

- (A) Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- (B) Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado no interesse da administração, desde que a aposentadoria tenha ocorrido nos dois anos anteriores à solicitação.
- (C) Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- (D) Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- (E) Recondição é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41

A respeito de princípios de Administração Pública, são feitas as afirmações a seguir.

- I - São considerados como princípios constitucionais expressos da Administração Pública, dentre outros, aqueles mencionados no *caput* do art. 37 da Constituição Federal em vigor.
- II - Os princípios constitucionais expressos da Administração Pública são apenas aqueles listados no *caput* do art. 37 da Carta Política de 1988.
- III - Existem outros princípios constitucionais, previstos em leis específicas, que devem ser observados na Administração Pública Federal.
- IV - Pode ser considerado como princípio constitucional da Administração Pública, implicitamente, o direito à motivação, previsto no inciso X, do art. 93 da Constituição Federal em vigor.

É(São) verdadeira(s) **APENAS** a(s) assertiva(s)

- (A) I
- (B) I e III
- (C) I e IV
- (D) II e III
- (E) II e IV

42

Sobre licitações, pode-se afirmar que:

- I - as licitações para obras envolverão três etapas: projeto básico, projeto executivo e execução da obra;
- II - a existência de uma guerra em curso constitui hipótese de dispensa de licitação;
- III - as concessões, assim como as permissões, devem ser precedidas de licitação;
- IV - as consultorias econômicas estão listadas no rol de serviços técnicos profissionais ou especializados, na legislação de licitações;
- V - a licitação na modalidade de concurso, deve ser realizada, de preferência, para a devida contratação de serviços técnicos profissionais.

Estão corretas **APENAS** as afirmações

- (A) I, II e III
- (B) I, IV e V
- (C) II, III e IV
- (D) I, II, III e V
- (E) II, III, IV e V

43

Em relação ao controle de Administração Pública, são feitas as afirmações a seguir.

- I - O controle interno, no âmbito do Poder Executivo federal, é realizado por um sistema de órgãos específicos, de acordo com a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001.
- II - O controle externo do Poder Executivo na administração federal direta e indireta é realizado com o concurso do Poder Judiciário, por meio do Tribunal de Contas da União, conforme previsto no art. 71 da Constituição Federal de 1988.
- III - O sistema de controle interno de cada um dos Poderes, no âmbito da União, não requer integração entre eles.
- IV - O controle jurisdicional dos atos administrativos é fundado no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal e se espalha por diversos instrumentos processuais específicos.

É(São) verdadeira(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s):

- (A) I
- (B) I e III
- (C) I e IV
- (D) II e III
- (E) II e IV

44

Em relação à legislação que rege o vínculo dos servidores federais tem-se que:

- (A) a Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, com suas modificações posteriores, se aplica aos servidores temporários, com ressalva de que alguns direitos e deveres previstos na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com suas modificações posteriores, lhes são aplicáveis, por equivalência legal.
- (B) a Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, com suas modificações posteriores, se aplica tanto aos servidores temporários, como aos servidores efetivos.
- (C) a Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, com suas modificações posteriores, se aplica tanto aos servidores temporários, como ao pessoal estranho ao quadro, mas nomeado para exercício de cargo em comissão.
- (D) a Lei nº 9.662, de 22 de fevereiro de 2000, se aplica a todos os servidores federais, efetivos e temporários, que ingressaram no quadro após sua promulgação.
- (E) a Lei nº 9.662, de 22 de fevereiro de 2000, se aplica aos servidores federais temporários, bem como aos empregados das empresas públicas federais, que ingressavam no quadro após sua promulgação.

**45**

Um servidor, lotado e em exercício em um laboratório de uma universidade federal, por descuido, deixou uma sala, que deveria ser restrita, exposta ao público. O funcionário da empresa prestadora de serviços de limpeza efetuou, equivocadamente, o recolhimento de material radioativo naquela sala, tendo recebido carga radioativa considerável. Percebido o problema, ele restou como o único prejudicado, sem ter concorrido para o dano. No caso, a responsabilidade civil pelos danos, por parte da universidade, é

- (A) inexistente, pois cabe somente ao servidor que cometeu a falta.
- (B) inexistente, mas com possibilidade de regresso ao servidor que cometeu a falta.
- (C) existente e independente da culpa do servidor que cometeu a falta.
- (D) existente, porém alternativa em relação ao servidor que cometeu a falta.
- (E) existente, porém dependente de culpa, mas com possibilidade de regresso ao servidor que cometeu a falta.

**46**

Pode-se considerar como parte de um quadro principiológico, em relação aos processos administrativos, no âmbito da União, os princípios constitucionais expressos e os princípios específicos, previstos legalmente. São eles:

- (A) segurança jurídica, motivo, interesse público, contraditório, impessoalidade, ampla defesa, moralidade, finalidade, eficiência, legalidade, razoabilidade, publicidade, motivação, proporcionalidade.
- (B) interesse público, finalidade, proporcionalidade, legalidade, eficiência, moralidade, ampla defesa, motivação, contraditório, publicidade, transparência, segurança jurídica, razoabilidade, impessoalidade.
- (C) legalidade, organização, impessoalidade, razoabilidade, eficiência, publicidade, proporcionalidade, contraditório, moralidade, segurança jurídica, motivo, finalidade, ampla defesa, motivação.
- (D) publicidade, finalidade, ampla defesa, motivação, razoabilidade, moralidade, proporcionalidade, impessoalidade, contraditório, legalidade, segurança jurídica, interesse público, eficiência.
- (E) publicidade, contraditório, proporcionalidade, finalidade, legalidade, duplo grau de jurisdição, impessoalidade, motivação, interesse público, ampla defesa, moralidade, segurança jurídica, eficiência.

**47**

Sobre contratos de concessão de serviços públicos pode-se afirmar que:

- I - a legislação federal permite a cobrança de tarifas diferenciadas;
- II - a encampação ocorre somente por meio de lei específica, sem que haja indenização ao concessionário;
- III - os bens públicos que constituem parte da concessão são denominados reversíveis;
- IV - os concessionários só podem ser remunerados por meio das tarifas decorrentes da prestação dos serviços.

É(São) verdadeira(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) II
- (B) I e III
- (C) I e IV
- (D) II e III
- (E) II e IV

**48**

Sobre a intervenção do Estado na vida econômica, pela prestação de serviços públicos, ou pela regulação das atividades privadas, são feitas as afirmações a seguir.

- I - Um conceito doutrinário de serviço público pode ser: “toda atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material fruível diretamente pelos administrados, prestada pelo Estado ou por quem lhe faça as vezes, sob um regime de direito público; ou, privado, conforme o caso específico”.
- II - Segundo a Constituição de 1988, incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- III - As atividades econômicas privadas são, em geral, livres e devem atender parte dos princípios constitucionais da ordem econômica.
- IV - As atividades econômicas privadas, segundo o texto constitucional, podem necessitar de autorização estatal prévia, em casos específicos e previstos em lei.

É(São) verdadeira(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I
- (B) I e III
- (C) I e IV
- (D) II e III
- (E) II e IV



49

**NÃO** corresponde a um instrumento com que conta o poder público para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo:

- (A) manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente.
- (B) manutenção obrigatória pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de órgãos de atendimento gratuito para orientação dos consumidores.
- (C) instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público.
- (D) criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo.
- (E) criação de Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo.

50

Para que haja a inversão do ônus da prova, a favor do consumidor, no processo civil, é preciso que seja

- (A) ele considerado hipossuficiente, por ganhar menos de 10 salários mínimos.
- (B) ele considerado hipossuficiente, por estar desempregado e sem receber seguro desemprego.
- (C) o capital social da empresa-ré superior a 40 salários mínimos.
- (D) o capital social da empresa-ré fechado à participação do capital estrangeiro.
- (E) verossímil a sua alegação, a critério do juiz.

51

Quanto à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, considere as afirmações a seguir.

- I - O produto é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.
- II - O comerciante é igualmente responsável pelo produto defeituoso, independentemente da identificação do fabricante.
- III - O comerciante é igualmente responsável pelo produto defeituoso, quando não conservar adequadamente os produtos perecíveis.
- IV - O serviço não é considerado defeituoso em virtude da adoção de novas técnicas.
- V - A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais independe da existência de culpa.

Estão corretas **APENAS** as afirmações

- (A) I e II
- (B) I e V
- (C) III e IV
- (D) I, II, III e IV
- (E) II, III, IV e V

52

Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

- I - o abatimento proporcional do preço;
- II - o abatimento proporcional do preço, com acréscimo de cláusula penal de 10% (dez por cento) de seu valor;
- III - a restituição imediata da quantia paga, em seu valor histórico;
- IV - a complementação do peso ou medida;
- V - a complementação, em dobro, do peso ou medida.

Estão corretas **APENAS** as exigências

- (A) I e IV
- (B) I e V
- (C) II e IV
- (D) II e V
- (E) II, III e V

53

No âmbito das obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor, quanto à desconsideração da personalidade jurídica, as sociedades

- (A) coligadas responderão independentemente de culpa.
- (B) coligadas não podem ser responsabilizadas.
- (C) consorciadas são subsidiariamente responsáveis.
- (D) integrantes dos grupos societários são subsidiariamente responsáveis.
- (E) controladas são solidariamente responsáveis.

54

Quanto às cláusulas relativas ao fornecimento de produtos e serviços, **NÃO** é nula de pleno direito aquela que

- (A) transfira responsabilidades a terceiros.
- (B) determine a utilização compulsória de arbitragem.
- (C) autorize o consumidor a cancelar o contrato unilateralmente.
- (D) possibilite a violação de normas ambientais.
- (E) possibilite a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.

55

Após adquirir um produto pelo serviço de tele vendas de uma empresa, João resolveu desistir da compra. Qual é o seu prazo, em dias, para manifestar a desistência do contrato?

- (A) 30, a partir da contratação.
- (B) 30, a partir do recebimento do produto.
- (C) 14, a partir da contratação.
- (D) 7, a partir do recebimento do produto.
- (E) 7, a partir da contratação.

56

O Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional de Direito Econômico (MJ), ou órgão federal que venha substituí-lo, é organismo de coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe

- I - celebrar convênios com entidades nacionais e internacionais;
- II - solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito policial para a apreciação de delito contra os consumidores, nos termos da legislação vigente;
- III - requisitar bens em quantidade suficiente para fins de estudos e pesquisas, com posterior comprovação e divulgação de seus resultados;
- IV - levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violem os interesses difusos, coletivos, ou individuais dos consumidores;
- V - encaminhar anteprojetos de lei, por intermédio do Ministério da Justiça, ao Congresso Nacional, bem como ser ouvido com relação a projetos de lei que versem sobre preços, qualidade, quantidade e segurança de bens e serviços.

Estão corretas **APENAS** as atividades

- (A) I e III
- (B) II e IV
- (C) I, II e IV
- (D) I, III e IV
- (E) II, III e V

57

A incapacidade, para os menores, cessará, pelo(a)

- (A) casamento.
- (B) ingresso em curso de ensino superior.
- (C) aprovação em concurso público.
- (D) assinatura da CTPS.
- (E) declaração dos pais, desde que reconhecida por autenticidade.

58

Quanto aos negócios jurídicos, são feitas as afirmações a seguir.

- I - A boa-fé e os usos do lugar de sua celebração devem nortear sua interpretação.
- II - Não obstante suas circunstâncias, eles são interpretados de forma estrita.
- III - A impossibilidade inicial do objeto contamina-os definitivamente quanto à validade.
- IV - O silêncio não importa anuência, pois a declaração de vontade deve ser sempre expressa.
- V - Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

Estão corretas **APENAS** as afirmações

- (A) I e II
- (B) I e V
- (C) III e IV
- (D) I, II, III e IV
- (E) II, III, IV e V

59

João e José constituíram uma sociedade em conta de participação, na qual o primeiro assumiu a condição de sócio ostensivo. Considerando-se exclusivamente estas informações e este contexto,

- (A) José não se obriga perante terceiros.
- (B) João pode admitir novo sócio, desde que José não manifeste sua oposição.
- (C) a falência de João não acarreta a dissolução da sociedade.
- (D) a sociedade deve ser formalmente constituída e só pode ser provada por escrito.
- (E) A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição de seu contrato social.

60

Quanto à prova testemunhal, são feitas as afirmações a seguir.

- I - Os menores de dezoito anos não podem ser admitidos como testemunhas.
- II - A oitiva de cegos e surdos na qualidade de testemunhas não sofre qualquer restrição.
- III - Os colaterais, até o sexto grau, de alguma das partes, por consangüinidade ou afinidade, não podem ser admitidos como testemunhas.
- IV - Qualquer que seja o valor do negócio jurídico, a prova testemunhal é admissível como subsidiária ou complementar da prova por escrito.

É(São) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I
- (B) IV
- (C) II e III
- (D) I, II e III
- (E) II, III e IV

61

Quanto ao nome empresarial, são feitas as afirmações abaixo.

- I - O nome empresarial não pode ser objeto de alienação.
- II - Pode constar da denominação da sociedade anônima o nome do fundador.
- III - O nome de sócio que vier a falecer pode ser conservado na firma social, desde que ele seja seu fundador.
- IV - A denominação das associações e fundações é com ele equiparado, para os efeitos da proteção da lei.
- V - A sociedade cooperativa funciona sob denominação integrada pelo vocábulo "cooperativa".

Estão corretas **APENAS** as afirmações

- (A) I e II
- (B) III e IV
- (C) I, II e V
- (D) I, II, IV e V
- (E) II, III, IV e V

62

Quanto aos títulos de crédito, apresentam-se as afirmações abaixo.

- I - O aval deve ser dado no verso ou no anverso do próprio título, sendo, nesse caso, necessário conter a data e a assinatura do avalista.
- II - A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, não implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
- III - O título de crédito deve conter a data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere, e a assinatura do emitente.
- IV - Consideram-se não escritas no título a cláusula de juros, a proibitiva de endosso e a excludente de responsabilidade pelo pagamento ou por despesas.
- V - Enquanto o título de crédito estiver em circulação, só ele poderá ser dado em garantia, ou ser objeto de medidas judiciais, e não, separadamente, os direitos ou mercadorias que representa.

Estão corretas **APENAS** as afirmações

- (A) I e II
- (B) III e IV
- (C) I, II e V
- (D) I, II, IV e V
- (E) II, III, IV e V

63

Quanto à responsabilidade civil, são feitas as afirmações a seguir.

- I - Ela é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, quando esta questão se achar decidida no juízo criminal.
- II - Em caso de homicídio, sua indenização consiste, tão somente, no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família.
- III - Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização.
- IV - O valor da indenização por injúria, difamação ou calúnia, quando o ofendido não puder provar prejuízo material, corresponderá a 10% (dez por cento) de seus rendimentos.
- V - A queixa ou denúncia falsa, ainda que não importe em prisão, constitui ofensa à liberdade pessoal.

Estão corretas **APENAS** as afirmações

- (A) I e III
- (B) II e IV
- (C) III e IV
- (D) I, II e V
- (E) II, III e V

64

Quanto às cláusulas especiais à compra e venda, analise as afirmações a seguir.

- I - O prazo para o exercício de cláusula de retrovenda tem caráter prescricional e deve ser exercido no tempo máximo de dois anos.
- II - A venda feita a contento do comprador não se reputará perfeita, enquanto o adquirente não manifestar seu desagrado.
- III - O prazo para exercer o direito de preferência não poderá exceder a cento e oitenta dias, se a coisa for móvel, ou a dois anos, se imóvel.
- IV - A cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros.
- V - Na venda sobre documentos, a entrega do seu título representativo e dos outros documentos exigidos pelo contrato não substitui a tradição da coisa.

Estão corretas **APENAS** as afirmações

- (A) I e II
- (B) I e V
- (C) III e IV
- (D) I, II, III e IV
- (E) II, III, IV e V

65

São instrumentos de intervenção estatal no domínio econômico:

- (A) criação de incentivos fiscais, controle de preços e repressão ao abuso de poder econômico.
- (B) criação de subsídios, livre estipulação de preços e repressão ao abuso de poder econômico.
- (C) repressão ao abuso de poder econômico, monopólio e livre estipulação de preços.
- (D) cobrança de impostos, criação de incentivos fiscais e controle de abastecimento.
- (E) controle de preços, monopólio e cobrança de impostos.

66

Nos termos da Lei nº 8.884/94, são aspectos a serem considerados pelo Plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, ao aplicar penalidades relacionadas à prática de infração contra a ordem econômica:

- (A) boa-fé do infrator, consumação ou não da infração e vantagem auferida pelo infrator.
- (B) consumação ou não da infração, ramo de atividade do infrator e efeitos econômicos negativos produzidos no mercado.
- (C) nacionalidade do infrator, situação econômica do infrator e vantagem auferida pelo infrator.
- (D) reincidência, consumação ou não da infração e ramo de atividade do infrator.
- (E) situação econômica do infrator, gravidade da infração e nacionalidade do infrator.

67

A Lei nº 8.884/94 determina que atos que possam limitar a livre concorrência ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços (atos de concentração) devem ser submetidos à aprovação do CADE. Acerca dos procedimentos de submissão dos atos de concentração à aprovação do Plenário do CADE, foram feitas as afirmativas a seguir.

- I - Devem ser submetidos à aprovação do CADE os atos que acarretem qualquer forma de concentração econômica que implique participação de empresa em 20% ou mais de determinado mercado relevante.
- II - Se o ato de concentração não houver sido celebrado sob condição suspensiva, o Plenário do CADE, ao concluir pela sua não-aprovação, aplicará multa às partes contratantes.
- III - Os atos de concentração devem ser apresentados ao CADE previamente ou no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de sua celebração.
- IV - A eficácia dos atos de concentração está sujeita a sua aprovação pelo Plenário do CADE.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

68

Acerca dos procedimentos de julgamento de processo administrativo relativo à infração contra a ordem econômica pelo CADE, analise as afirmativas a seguir.

- I - O Conselheiro-Relator, quando entender que os elementos existentes nos autos são insuficientes para a formação de sua convicção, poderá determinar a realização de diligências.
- II - A decisão do CADE que reconhecer a prática de infração à ordem econômica indicará as providências a serem tomadas para a cessação de sua prática e estipulará multa diária para o caso de continuidade.
- III - As decisões do CADE serão tomadas em sessões de julgamento, mediante voto convergente da maioria dos conselheiros presentes à sessão, observado o quórum mínimo de instalação de 3 membros do Conselho.
- IV - As decisões do CADE não comportam revisão no âmbito do Poder Executivo, promovendo-se, de imediato, sua execução e comunicando-se, em seguida, ao Ministério Público, para a adoção das demais medidas legais cabíveis.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

69

Tratando-se de processo de execução judicial de decisão proferida pelo CADE, considere as afirmativas a seguir.

- I - A execução das decisões do CADE será promovida obrigatoriamente na Justiça Federal do Distrito Federal.
- II - A decisão do Plenário do CADE, cominando multa ou impondo obrigação de fazer ou não fazer, constitui título executivo extrajudicial.
- III - A execução de decisão do Plenário do CADE será feita por todos os meios, inclusive mediante intervenção na empresa, quando necessária.
- IV - O processo de execução das decisões do Cade terá preferência sobre as demais espécies de ação, exceto *habeas corpus* e mandado de segurança.
- V - A execução de decisão do Plenário do CADE que tenha por objeto exclusivamente a cobrança de multa pecuniária será feita de acordo com as regras aplicáveis para execução judicial de débitos inscritos na Dívida Ativa da União

Estão corretas **APENAS** as afirmativas

- (A) I e II
- (B) I e V
- (C) III e IV
- (D) I, II, III e IV
- (E) II, III, IV e V

70

Analise as afirmativas abaixo, acerca da exploração direta de atividade econômica pelo Estado.

- I - O estatuto de sociedade de economia mista que explore atividade econômica deverá dispor sobre o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, inclusive quanto à participação de acionistas minoritários.
- II - A empresa pública que explora atividade econômica se sujeita, quanto aos direitos e obrigações civis, ao regime aplicável ao setor privado.
- III - As empresas públicas e as sociedades de economia mista não gozam dos privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.
- IV - A sociedade de economia mista que explora atividade econômica se sujeita, quanto às obrigações tributárias, ao regime das empresas privadas.
- V - As sociedades de economia mista que exploram atividade econômica não estão obrigadas a realizar licitação para contratação de obras e serviços.

Estão corretas **APENAS** as afirmativas

- (A) I e II
- (B) I e V
- (C) III e IV
- (D) I, II, III e IV
- (E) II, III, IV e V



